

DOCUMENTÁRIO

RELATÓRIO HOOVER

O Grande Governo

Pode êle funcionar eficientemente?

SÍNTESE EXTRAÍDA
DO SUPLEMENTO DE "FORTUNE"
MAIO DE 1949

(Tradução de Espírito Santo Mesquita)
(conclusão)

Uma síntese dos relatórios parciais da COMMISSION ON ORGANIZATION OF THE EXECUTIVE BRANCH OF THE GOVERNMENT.

(VII PARTE)

ATIVIDADES MÉDICAS

O governo federal presta agora a assistência médica a uns 24 milhões de pessoas -- quase um sexto da população. A maioria dos beneficiados (18.000.000) é constituída pelos veteranos seguida pelo grupo constituído pelo pessoal da ativa das forças armadas e seus dependentes, pelo grupo dos servidores civis, do pessoal da marinha mercante e muitos outros grupos menores. As quarenta repartições do governo que prestam essa assistência planejaram gastar cêrca de 2 bilhões no ano fiscal de 1949 (dez vêzes mais do que se gastou em 1940).

Êsses órgãos "conseguem verbas e constroem hospitais com pouco conhecimento da necessidade dos outros e sem consideração para com ela". Em 30 de junho de 1948, existiam apenas 155.000 pacientes nos hospitais do governo; mas a *Veteran's Administration* já havia suprimido 5.600 leitos hospitalares por falta de médicos para atendê-los. Fala-se em convocação a fim de recrutar médicos em número suficiente para atender ao serviço das forças armadas. Enquanto isto, os serviços de assistência do governo federal, em franca concorrência uns com os outros, retiram, desnecessariamente, os médicos do campo de suas atividades profissionais privados e o interior "fica, de modo horrível, a míngua de médicos".

"Ninguém assume a responsabilidade por um plano de assistência que a tudo envolva nêsse ter-

reno. Nem há mesmo uma definição clara das classes de beneficiários para os quais se deve planejar a assistência. O governo está assumindo incalculáveis obrigações sem considerar devidamente o seu custo, a falta de profissionais em número necessário para execução do trabalho e o efeito contrário de seu plano sôbre o sistema hospitalar do país".

ITENS

Mais de oitenta e cinco por cento de 1.25 bilhões gastos com o serviço federal de assistência no ano fiscal de 1948 foram consumidos em serviços médicos. O restante foi despendido com os trabalhos de saúde pública, pesquisas, treinamento de pessoal e administração. A pesquisa gastou apenas 4 por cento do total.

- O custo de construção dos hospitais públicos vai de 20.000 a 51.000 dólares por leito comparado com uma estimativa de 16.000 feita para os demais hospitais.

- A *Veteran's Administration* só pode tratar dos veteranos que não são portadores de moléstias adquiridas no serviço militar quando há em seus estabelecimentos, leitos, vagas para serem hospitalizados. Por isto cêrca de 100.000 leitos

nos hospitais da V. A. estão destinados a atender os veteranos que estão nesse caso, tendo sido autorizada a construção ou foram mesmo construídas as necessárias instalações para atendê-los.

• Devido ao fato dos veteranos não portadores de doenças adquiridas no serviço só podem, pela lei, receber assistência no hospital, é impossível dar-lhes abrigo ou assistência clínica menos dispendiosa, inclusive os tratamentos preventivos que poderiam evitar hospitalização longa e crônica.

RECOMENDAÇÕES

1. Deve ser criada uma *Administração Médica Central* que ficará encarregada do serviço de Saúde, de todos os hospitais da V. A., dos serviços médicos em geral, dos hospitais das forças armadas americanas nos Estados Unidos continentais (com exceção de um centro médico para cada serviço) e de todos os seus hospitais nas zonas militares dos países, com exceção dos situa-

dos nas áreas situadas no exterior e os quatro hospitais civis da Zona do Canal.

2. A administração deve ser assessorada por um conselho composto pelos Cirurgiões Gerais do Exército, da Marinha, pelo Cirurgião da Aeronáutica e pelo Administrador dos Negócios dos Veteranos ou seu representante.

3. O Congresso deve definir claramente os direitos e prioridades de todos os que podem recorrer à assistência médica prestada pelo Estado.

4. Deve-se proceder a um levantamento a fim de determinar a necessidade de auxílio governamental de emergência às escolas médicas.

5. “Pode-se resguardar de melhor maneira o futuro do país utilizando-se de todos os meios disponíveis a fim de evitar as doenças em vez de promover uma ilimitada facilidade de hospitalização destinada ao tratamento dessas doenças... Deve ser dada à pesquisa, à medicina preventiva, à saúde pública e a educação a maior prioridade no que pese importância”.

ADMINISTRAÇÃO NO ULTRAMAR

Fóra o comércio e a diplomacia tradicionais, quase a única atividade dos Estados Unidos no ultramar antes da II Guerra Mundial era a de governar seus territórios. A guerra e a agressão soviética impuseram a criação de novos, grandes e dispendiosos setores de atividades. O governo está gastando 1.25 bilhões por ano para proteger a recuperação econômica em dezenove países. Como êsse e outros planos devem ser executados com urgência no exterior, foram êles caracterizados pela “confusão, pelas inconsistências e incertezas da política e do plano, com as deficiências que se seguem inevitavelmente como resultado da improvisação e falta de um planejamento completo”.

Tem havido sérios atritos entre o Departamento de Estado que, em tese, é o encarregado da política de ocupação — e o exército que a executa. Agora o exército quer libertar-se do encargo, afirmando com razão que não está em condições para desempenhar funções de importância como a de criar governos representativos, de restabelecer as liberdades civis, etc. A responsabilidade pelo Programa de Recuperação Européia está dividida entre a *Economic Cooperations Administration* e o Departamento de Estado, com os inevitáveis desentendimentos.

Com violação do princípio americano de que os civis não podem permanecer muito tempo sob o controle militar, Guam e Samoa há meio século são governados pela Marinha. Esta também governa agora as antigas ilhas sob mandato japonês, cuja administração foi confiada aos Estados Unidos. As principais funções de governo nessas ilhas — educação, saúde pública, bem estar social, agricultura e desenvolvimento econômico — pouco tem a ver com o comando de uma armada.

Ao Departamento do Interior falta tanto organização como autoridade adequada para cumprir sua função de administrar os territórios de Alaska, Hawaii, Pôrto Rico, Ilhas Virgins e várias pequenas ilhas do Pacífico.

A Comissão Hoover não chegou a uma solução firme para esses problemas. Sua melhor sugestão é a de que todos os programas podiam ser fundidos, encarregando-se de uma *Administration of Overseas Affairs* (*) da sua execução. Esta medida, argumenta a Comissão, simplificaria o problema de unificação do controle, possibilitaria a criação de uma equipe de pessoas treinadas em administração colonial, reduziria o número de repartições do governo e de órgãos subordinados ao Presidente da República.

(*) Administração dos Negócios Ultramarinos.

PESQUISAS

Com os seus inúmeros planos de pesquisas o governo federal gastou, em 1947, 625 milhões, não se contando o custo de pesquisas realizadas no setor da energia atômica. A comissão não fez um exame separado desse campo de atividade, mas tendo por base o recente relatório do Conse-

lho de Pesquisa Científica, recomendou que: (1) seja o Presidente da República autorizado a coordenar tôdas as pesquisas realizadas pelo governo federal; (2) que seja criada a Fundação Nacional de Ciência para assisti-lo nesse mister.

ESTATÍSTICA

A Comissão encontrou muitas falhas no processo de coleta e registro dos dados da Estatística do Governo federal que empregava, em 1947, 10.500 pessoas em cinqüenta diferentes repartições, com uma despesa de cerca de 43 milhões por ano. Primeira falha: pessoal mal preparado, coordenação incompleta, superposição de funções, conflitos jurisdicionais, falta de homogeneidade,

de padronização, de definição e de classificação, contradição nos relatórios, falta de dados sobre certas áreas, detalhes excessivos nos relatórios e demora na divulgação.

Recomendação: Que a Divisão de Estatística do Serviço de Orçamento seja investida de autoridade para coordenar todos os serviços estatísticos do governo.

NEGÓCIOS DOS VETERANOS

No ano fiscal de 1950, de acôrdo com as estimativas orçamentárias, a Administração dos Veteranos gastará 5.3 bilhões — cêrca de 11 por cento do orçamento nacional e mais do que qualquer outro órgão do governo federal, com exceção dos Estabelecimentos Militares e do Tesouro.

A II Guerra Mundial produziu 14.900.000 novos veteranos com direito aos serviços da *Veteran's Administration*. Sua organização antiquada não está em condições para desobrigar eficientemente de seus encargos atuais. O resultado é o desperdício de verbas e irritante demora na prestação de serviços aos veteranos.

A *Veteran's Administration* esta manca por causa dos conflitos entre as suas autoridades centrais e regionais, por causa também de suas inúmeras sub-unidades, do número excessivo de funcionários de *staff* encarregados de zelar pela execução de seus vários programas de trabalho, dos excessivos e complexos regulamentos que tratam de suas normas e processos de ação. Tudo isto gera a confusão e a divisão das responsabilidades.

ITENS

Os regulamentos da *Veteran's Administration* estão condensados em oitenta e oito manuais, 665 variedades de boletins técnicos e mais de 400 circulares.

• Em 30 de junho de 1948 a V.A. estava lidando com quase sete milhões de apólices de seguro de vida com um valor nominal de quase 40 bilhões. Para isto, possuía 15.432 empregados, que tratavam, em média, de 450 apólices

cada um. Uma companhia privada de seguros tem em média um volume de trabalho de 1.762 apólices por empregado.

• O tempo médio requerido para procurar uma cobrança de seguro na V.A. é de oitenta dias. As companhias privadas pagam de 71 a 82 por cento de seus seguros dentro de 15 dias depois da notificação da morte do segurado.

• A *Veteran's Administration*, que despendeu uns 2 bilhões no ano fiscal de 1949 com a educação, exerce ineficiente contrôle sobre a qualidade e utilidade do ensino que ministra. Muitas vêzes paga injustificavelmente os mais altos preços possíveis pela instrução e equipamento. Irrita muitos veteranos estudiosos por causa de sua maneira grosseira de administrar as pensões de subsistência.

• Os veteranos e seus dependentes também sofrem indevida demora no recebimento de pensões e auxílios a que tem direito por motivo de invalidês. A verba para atender essa despesa, exclusive a de custo de administração, é agora de quase 2 bilhões por ano. Em dez anos de vigência da presente lei, a Comissão estima que aumentará para 2,7 bilhões por ano.

RECOMENDAÇÃO

1. A principal necessidade da Administração dos Veteranos é a de indireitar sua organização e seu funcionamento de acôrdo com os princípios estabelecidos no relatório da Comissão e relativos à Administração Geral do Executivo.

RELAÇÕES ENTRE A UNIÃO E OS ESTADOS

A cisão que se verificou no seio da Comissão motivada pelas questões de govêrno atingiu seu ponto culminante neste relatório. O vice-presidente Acheson e o membro da Comissão Forrestal, declarando que o assunto foge à alçada do órgão, recusaram positivamente cooperar nesta parte do relatório ou manifestar suas idéias a respeito. Não, houve, porém, outros dissidentes.

Cerca de 40 por cento das importâncias que agora gastam os estados, registra a Comissão, provém do Tesouro Nacional através das subvenções. Estas são concedidas para fins específicos tais como as de seguro social, saúde pública, educação, construção de estradas, etc., estipulando-se usualmente que o estado deve contribuir de certo modo com quantia igual a concedida pela União. Os fundos criados com o dinheiro do govêrno federal e do estado devem ser gastos segundo os propósitos especificados pelo govêrno federal e de acôrdo com as normas e padrões por êle estabelecidos.

Concorda a Comissão que o sistema de subvenções contribuiu para o estabelecimento de necessários padrões para os programas de bem estar e serviços de utilidade pública em todo o país, e concorreu para que se operasse a redistribuição da riqueza entre os estados mais ricos e os mais pobres. Isto roubou ao estado, porém boa parte de sua iniciativa e autonomia. Resultou, por outro lado, num tremendo aumento de departamentos e órgãos públicos federais destinados a executar os programas de trabalho implícitos nas subvenções. Resultou, também, na usurpação, pelo govêrno federal, "de fontes rendosas de impostos que po-

diam ser usados eficientemente pelos governos locais e estaduais".

A Comissão recomenda discretamente: (1) "que as funções e atividades de govêrno sejam estimadas a fim de determinar o que seria com mais vantagem desempenhados pelos governos dos vários níveis e... (2) que nossos sistemas de impostos — nacional, estadual e local — sejam completamente revistos e que, nesta revisão, sejam enviados todos os possíveis esforços para que se deixe as localidades e estados recursos adequados com os quais possam retirar rendas necessárias para cumprir suas obrigações e enfrentar suas responsabilidades de governos estaduais e locais".

Os sentimentos da maioria da Comissão revelam-se talvez de melhor modo nas duas perguntas para as quais todo o relatório só dão respostas parciais. A vista do tremendo crescimento e da tremenda transformação do govêrno em um grande mecanismo social e econômico destinado a servir e trabalhar pelo bem estar do povo, pergunta a Comissão:

1. *Como pode a espécie americana de democracia — uma democracia baseada na liberdade individual e extensiva participação do indivíduo no govêrno e no contrôlo do govêrno — ser preservada e reforçada?*

2. *Ao mesmo tempo, como poderá o govêrno prestar os serviços que o povo cada vez mais dele exige, serviços êsses que são necessários ao bem estar geral?*

FIM

* *

*

Tendo em vista o papel relevante dos serviços elétricos na economia nacional, deverá caber às próprias autoridades do govêrno brasileiro empreender o planejamento das diretrizes principais de desenvolvimento dos serviços de eletricidade e até mesmo a construção de rêsdes de transmissão econômicas que sirvam ao público. Essa decisão implica, contudo, sérias considerações de ordem técnica, e, especialmente, financeiras. Merecem particular consideração as relações entre os empreendimentos privados, cujo objetivo principal, se pretenderem sobreviver como empresas remuneradas, é aplicar seu capital da maneira pela qual a respectiva administração julgue a mais segura e a mais lucrativa para o seu próprio interêsse. Um dos fundamentais axiomas que presidem aos investimentos de capital, em empreendimentos arriscados, é que se possa escolher a maneira de aplicá-lo e administrá-lo, na esperança de que, através de uma boa administração, obtenha lucro ou renda, além de uma reserva que permita a retirada ou a proteção vantajosa do capital. Se o capital privado não estiver ciente da existência dessas condições elementares, recusar-se-á a participar dêsses empreendimentos e a propiciar material e serviços, que requeiram importantes e duradouros investimentos em instalações imóveis. O capital se conformará com regulamentos razoáveis que impeçam lucros extraordinários e exijam serviços eficientes, mas as administrações estão sujeitas a erros, à falta de descortino, à avareza e, possivelmente, à relativa indiferença pelas necessidades públicas. Portanto, tôdas as vês que a coletividade depender do capital privado para serviços benéficos e necessários, faz-se mister um regulamento baixado pela autoridade pública que seja competente, justo e de amplo descortino. O Brasil tem dependido largamente do capital e administração estrangeiros para desenvolvimento dessas indústrias, para as quais os investimentos são de monta, e o rendimento provável, ou renda bruta anual, representa apenas pequena parcela do investimento. Isto ocorre particularmente no que concerne aos serviços públicos. O contínuo crescimento dêsses serviços para fazer face às necessidades das comunidades em desenvolvimento progressistas, freqüentemente exigem investimento adicional maior que os lucros anuais. Pequenos capitalistas, que investiram tôdas suas disponibilidades em uma usina inicial, são incapazes de ainda despende o capital necessário às ampliações, sem recorrer a outras fontes de dinheiro, o que freqüentemente lhes desagrada fazer. De outro lado, o capital raramente se interessa por pequenas especulações. O financiamento de grandes organizações, além de diminuir os custos do empreendimento, é mais fácil. Portanto, os projetos mais satisfatórios e de custo mais baixo, capazes de corresponder às necessidades do público emanem normalmente de grandes organizações privadas, quando não apoiadas na responsabilidade estatal baseada direta ou indiretamente no poder de tributação sôbre todos os recursos da população beneficiada. — (A Missão Cooke no Brasil — pag. 198 — Fundação Getúlio Vargas — 1949).